

Saul António Gomes

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Um Manuscrito iluminado alcobacense trecentista: o “Caderno dos Forais” do Couto

Resumo

Neste estudo, o Autor apresenta um pequeno manuscrito iluminado, posto que com um propósito administrativo, o “Caderno dos Forais”, elaborado no scriptorium do Mosteiro de Alcobaça, em meados do século XIV, evidenciando as suas características histórico-paleográficas e diplomáticas.

Abstract

This paper analyzes a mid 14th-century illuminated manuscript, presented as serving administrative purposes, the “Caderno dos Forais”, made in the scriptorium of the Cistercian Monastery of Alcobaça. The study discusses its historical, palaeographic and diplomatic features.

1. A Abadia de Santa Maria de Alcobaça contou desde cedo, como paradigmático instituto cisterciense estabelecido em Portugal no recuado ano de 1152, com uma organização administrativa bem estruturada e eficaz. Os seus abades, administradores de um vasto domínio e detentores de vastos poderes senhoriais, souberam dotar o Mosteiro de estruturas institucionais eficazes que lhes permitiram explorar sustentadamente esse património, protegendo-o de interesses estranhos e cobiçosos e mantendo-o e transmitindo-o a sucessivas gerações de monges brancos¹.

¹ É já muito extensa a bibliografia pertinente a este tema. Vide os trabalhos mais recentes de Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989; Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e estrutura agrária da Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1992; Maria

Mau grado as crises gerais, económicas, demográficas, sociais ou políticas que atingiram o Mosteiro em tempos medievais e modernos, este sobreviveu, vendo consolidar-se, na Baixa Idade Média, a sua relevância como arqui-abadia da Ordem de Cister no território português².

O êxito alcobacense deve-se, em boa parte, à gestão informada e consequente do seu imenso património. Sem ela, naturalmente, a história desta Abacial estremenha teria sido muito diferente. Essa gestão de sucesso, que lhe permitiu atravessar vários séculos e impor-se como a maior e a mais poderosa casa cisterciense portuguesa, até à sua extinção, em 1832-1834, provocada por causas exógenas, atesta-se, por exemplo, na capacidade de promoção de estruturas administrativas e de governo que deram exequibilidade e conteúdo a este projecto monástico.

Sendo um organismo complexo de vida espiritual e de gestão temporal, Alcobaça logra afirmar-se, também, como espaço vocacionado para uma concentração privilegiada de saberes eruditos teológico-eclesiásticos e comuns — verificável na relevância do seu *armarium* medieval —, da sua reprodução e ampliação — sustentados pela actividade do *scriptorium* claustral — e, ainda, como instituição produtora de documentos de administração e de exercício governativo dominial e senhorial³.

Alegria Marques, “Os coutos de Alcobaça: das origens ao século XVI”, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa-Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra e Colibri, 1998, pp. 181-198. Finalmente, seja-me permitido remeter para dois estudos nos quais aprofundo o problema da fundação e afirmação desta Abadia, a saber: “Revisão a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”, in *Actas. Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça, vol. I, Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*, Lisboa, IPPAR, 2000, pp. 27-72; “Entre Memória e História. Os primeiros tempos do Mosteiro de Alcobaça”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Nº 2, 2002, pp. 187-256.

² Para uma visão, em geral documentada e bem informada, da evolução diacrónica de Santa Maria de Alcobaça, consulte-se: Fr. Manoel dos Santos, *Alcobaça Illustrada. Notícias e Historia dos Mosteyros e Monges insignes Cistercienses da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes Reynos de Portugal e Algarve*, Primeira Parte, Coimbra, Of.º de Bento Seco Ferreyra, 1710; Fortunato de S. Boaventura, *Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça...*, Lisboa, 1827; Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1978 [2ª edição, Paris, 1986]; Idem, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, INCM, 1989. Para uma leitura documentada da Abadia entre finais de Quatrocents e o primeiro terço de Quinhentos, vd. S. A. Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998.

³ Vd., Carlos Roma Fernandes, *O scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Fr. Estêvão de Aguiar (1431-1446)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. 1155-1200. Exercícios de análise de grafias*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988 (políptico).

2. O pequeno manuscrito dos Forais do Couto, objecto do presente comentário e edição, compilando de modo estruturado e cronológico as cartas de foral outorgadas pelos Dom Abades do Mosteiro, entre finais do século XII e meados da primeira metade de Trezentos, traduz a assimilação, pelos Monges alcobacenses, dos modelos de registos-cartulários como elementos de organização da memória administrativa e jurisdicional do Claustro. Este elemento é tão mais relevante, quanto se reconhece a estranha ausência, dos fundos documentais e librários arquivísticos desta Abadia, de um grande cartulário em que se trasladassem e salvaguardassem os actos probatórios da constituição do património abacial e dos direitos, imunidades e privilégios canónicos e legais que protegiam os interesses da respectiva comunidade monástica. É certo que existem vários tombos e inventários dos bens patrimoniais de Alcobaça, de que o mais antigo data de 1262, sucedido, depois pela organização de outros, que não substituem, em boa verdade, a função e o significado primaciais próprios de um cartulário⁴.

Mas este modelo librário-arquivístico que Alcobaça privilegiou ao longo dos séculos medievos, na verdade, não se revelou fundamental ao processo de gestão temporal da Abadia. Tal facto, poderá explicar-se, em parte, pela preexistência de uma chancelaria bem estruturada, dentro da qual o conhecimento da informação

Aires A. Nascimento, “Um texto gramatical dos códices alcobacenses (B.N.L. – Alcob. CCCXCV/426, fol. 258v)”, in *Classica*, 2, 1977, pp. 51-56; Idem, “Três Notas Alcobacenses. Um Códice Perdido. Um Livro de Milagres. Concordâncias Bíblicas”, in *Didaskalia*, XII (1982), pp. 185-194; Idem, “A experiência do livro no primitivo meio alcobacense”, in *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 121-145; Idem, *Milagres Medievais numa colectânea mariana alcobacense*, Lisboa, Colibri, 2004; S. A. Gomes, “Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa”, in *Humanitas*, vol. L (1998), pp. 625-646. [Republicado em *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 41-74]; Idem, “Um Formulário Monástico Português Medieval: o Manuscrito Alcobacense 47 da BNL”, in *Humanitas*, LI (1999), pp. 141-184. [Republicado em *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 191-232]; Idem, “Observações sobre dois Formulários Eclesiásticos Medievais Portugueses”, in *Humanitas*, vol. LIII (2001), pp. 249-274; Idem, “O Mosteiro de Alcobaça ao Tempo do Rei D. Pedro I”, in *Colóquio “Inês de Castro”. Actas. 15 de Janeiro de 2005*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 47-78; Idem, “Um Formulário Cisterciense de 1714: O Manuscrito Alcobacense da B.N.L. CCCXL/230”, in *Revista Portuguesa de História*, T. XXXV (2001-2002), pp. 517-591.

⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (doravante citado por TT) — Mosteiro de Alcobaça, 2^a incorporação, Mº 32, Doc. 808 (4). O Tombo medievo mais relevante do fundo de Alcobaça data do segundo terço de Quatrocentos (TT — Mosteiro de Alcobaça, Livro 15), seguindo-se outros dos séculos modernos. Seria na primeira metade do século XVI, posto que com tentativas realizadas em anos anteriores, como a protagonizada pelo abade D. Rodrigo de Porto de Mós (1459-1461) (Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça Illustrada...*, p. 286), que a Abadia de Alcobaça conheceria o seu primeiro e mais amplo *corpus* de cartulários, os chamados Dourados de Alcobaça.

“administrativa” e “jurisdicional” do Mosteiro se processava de forma eficiente. Actos de gestão como doações, compras e vendas, escambos ou outros, poderiam preservar-se em livros de registo, explicando-se parcialmente, deste modo, a ausência, entre os Alcobacenses, de cartulários medievos membranáceos ou mesmo em papel.

Como se sabe, o universo diplomático alcobaciano conta com alguns registos de chancelaria, caso do Livro 183, na Torre do Tombo, no qual se conservam actos lançados e autenticados pelos notários públicos ao serviço da Abacial. Por outro lado, acresce considerar que a produção documental escrita alcobacense se revela bem organizada desde muito cedo⁵. Testemunha-o, por exemplo fundamental, o aparecimento e multiplicação de monges com funções de notários ou mesmo de chanceleres dos dom abades ou do Mosteiro⁶. A prática alcobaciana do registo diplomático em *cancellaria*, entretanto, institucionalizara-se, evidenciando-se, em consequência, de forma mais pertinente no universo produtivo librário do *scriptorium*. Desde 1330, por seu turno, torna-se corrente, no vocabulário dos actos da chancelaria deste Mosteiro, a referência ao facto dos actos outorgados serem sempre registados “no livro da notaria”⁷, esclarecendo definitivamente a existência de livros de notas e de uma organização institucionalizada em cujo seio se organizava todo o processo de conscrição, emanação e arquivamento dos actos administrativos e jurisdicionais da Abadia, a qual toma, neste *locus*, o nome corrente e usual de “notaria”.

3. Com a subida ao poder do rei D. Afonso IV (1325-1357) e o desenvolvimento geral de uma política fiscalizadora e censória dos privilégios, foros, imunidades e isenções de coutos e honras, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça vai atravessar um período de dificuldades institucionais e políticas que afectam negativa e profundamente o seu tradicional potenteado jurídico e económico⁸.

⁵ Carta de 1227 menciona o nome de Domingos Martins “qui tunc in ipso tempore erat magister scribarum” (TT — Mosteiro de Alcobaça, 1^a incorp., Mº 5, Doc. 4).

⁶ P. Eanes, “notarius abbatis”, vem referido em documento de 28 de Abril de 1230. Nesse mesmo ano, Domingos Peres Pinhel, monge alcobacense, subscreve-se como notário. Um dos primeiros a designar-se por chanceler fôi, citamos, “Frater Sebastianus cancellarius domini abbatis”, mencionado em 3 de Maio de 1251. Em Junho de 1257, por exemplo, subscrevem como notários actos do Mosteiro Domingos Peres, “cellarius medius” e D. Pedro. A 3 de Junho de 1269, era “Dominicus Iohanis notarius domini abbatis”. Em 14 de Junho de 1271, menciona-se um “Frater Dominicus notarius abbatis Alcubatie”. Pouco depois, por 1275, há referências a Pedro Eanes de Amares, como notário abacial e, em 1282, a João Romeu, “nothayro d’Alcobaça” (TT — Mosteiro de Alcobaça, 1^a incorp., Mº 5, Docs. 22 e 25; Mº 8, Doc. 1; Mº 9, Doc. 12, Mº 12, Doc. 41; Mº 14, Doc. 27; Mº 15, Docs. 7 a 10, 18; Mº 16, Doc. 54; Mº 22, Doc. 28).

⁷ “Registada no livro da notaria per mim Frey Bras” (TT — Mosteiro de Alcobaça, 1^a incorp., Mº 29, Doc. 17).

⁸ Vd. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, pp. 410-413.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

É nestes novos tempos, aliás, que deveremos integrar o manuscrito em estudo, organizado, segundo cremos, pouco após 1332, data do foral mais tardio nele compilado. A questionação da autoridade institucional da Abadia, pelo modelo de poder real protagonizado por D. Afonso IV, obrigou, certamente, o abade D. João Martins (1332-1348) ou o seu imediato sucessor, D. Vicente Geraldes (1349-1368), mais estrénuo e activo defensor dos interesses alcobacenses, a desenvolverem diversas iniciativas que acautelassem e demonstrassem a legitimidade do exercício jurisdicional e senhorial dos Monges bernardos sobre o pingue e cobiçado couto monástico⁹.

Nele foram trasladadas, efectivamente, as cartas foralengas dos concelhos de Évora de Alcobaça (12 de Setembro de 1285, Alcobaça), Cela Nova (26 de Maio de 1286, Alcobaça), Pederneira (1 de Junho de 1283, extractada de pública-forma notarial datada de 26 de Novembro de 1311, Leiria), Turquel (1 de Agosto de 1314, Alcobaça, em pública-forma de 7 de Abril de 1329, Turquel, inserida em instrumento de 24 de Junho de 1316, Porto de Mós), Maiorga (5 de Maio de 1303, Alcobaça, em pública-forma de 24 de Janeiro de 1306, inserta em instrumento de 18 de Maio de 1330, Maiorga), Alfeizerão (21 de Outubro de 1332) e, finalmente, o foral dos moradores dos lugares do Sul do Couto confinantes com o termo de Óbidos, datado de Setembro de 1219¹⁰, inspirando-se no modelo municipal de Santarém de 1179, mas valorizando, também, especialmente no codicilo final, as especificidades locais que mais preocupariam o senhorio alcobaciano.

O lançamento do último foral mencionado, em início do fólio 8, deixando em branco cerca de um terço do fólio 7vº, revela que a cópia destes forais tinha alguma autonomia, podendo aventar-se a hipótese de, a este caderno, se ter eventualmente programado a junção de alguns fólios membranáceos mais, em ordem a transcrever todo o *corpus* de forais promulgados pelos abades alcobacenses nas terras da sua jurisdição senhorial¹¹.

⁹ S. A. Gomes, “O Mosteiro de Alcobaça ao Tempo do Rei D. Pedro I”, in *Colóquio “Inês de Castro”*. Actas. 15 de Janeiro de 2005, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 47-78.

¹⁰ Uma breve nota para registar que a datação do diploma deve recorrer ao estilo do Nascimento ou da Encarnação do Senhor. Na verdade, sendo carta outorgada pelo abade D. Pedro, o primeiro que se regista com este nome é D. Pedro Mendes, à volta de 1166, não podendo coincidir com o que outorgou o Foral em causa, inspirado no diploma foraleiro escalabítano de 1179, ano em que o prelado alcobacense era já outro. Se a Era de 1219, anotada no acto diplomático, fosse a de César, isso remetia ao ano de 1181, em que era abade do Mosteiro D. Martinho. No ano de 1219, contudo, o prelado era D. Pedro Egas (1215-1233), logo sucedido por D. Pedro Gonçalves (1233-1244). O milésimo da data, contudo, faz-nos propor como hipótese mais aceitável a atribuição deste Foral a D. Pedro Egas. (Para o abadológico alcobacense, vd. a bibliografia apontada na nota 2 deste trabalho).

¹¹ De anotar que, na folha de capa deste Caderno, está registado, em letra moderna tardia, “No fim está a Carta de Povoação do Vallado”. Este documento, na verdade, anda solto na caixa que conserva o maço número um dos documentos recolhidos à Torre do Tombo na segunda incorporação de fundos de

A metodologia organizacional deste pequeno manuscrito assume alguma originalidade diplomática. Na verdade, o *compilator* recorre tanto a diplomas da chancelaria alcobaciana, quanto a instrumentação notarial, na qual se firmava a autenticidade dos actos de consignação dos contratos foraleiros. É possível, naturalmente, que esta realidade testemunhe alguma dependência ou fragilidade pontual mais recente da organização de memória arquivística da Abadia¹²; mas é igualmente possível entrever, nesta situação de recorrência aos instrumentos notariais públicos — num notariado, aliás, que era então de nomeação plenária do Abade, posto que fosse direito posto em causa pelos oficiais régios enviados para o Couto —, o objectivo do reforço de uma prova documental que a subscrição notarial mais autenticava e comprovava.

4. Sendo um manuscrito administrativo, nele são aplicados, contudo, elementos especializados paleográficos e codicológicos próprios do *scriptorium* local. A empaginação a uma só coluna, a picotagem como elemento de orientação da regragem do fólio, a sua pautagem já a tinta, a sobrevivência de suaves linhas de justificação e, sobremodo, a valia da iluminação das letras capitulares “II” na abertura dos Forais de Évora de Alcobaça, de Cela Nova, da Pederneira e das povoações meridionais do Couto (respectivamente nos fólios 1, 1vº, 2vº, 3, 4 e 8), bem como as maiúsculas “S” e “E”, nos fólios 5 e 6vº, abrindo novos protocolos, fazem progredir este manuscrito da área de um suporte arquivístico avulso para o patamar de uma construção codicológica em que se aplicam elementos próprios da “teoria” e da “praxis” codicológicas correntes na Abacial estremenha.

A preexistência da pautagem dos fólios em perfeita simetria, não afectou a opção do escriba pela criação de caixas de capitulares iluminadas. Na verdade, as capitulares “II” antes referidas, abrindo o texto invocativo diplomático “*In Dei nomine...*”, reduzem-se a uma paleta binária de azul e vermelho, conjugadas sobre a tonalidade pérola do suporte pergamináceo, de positivo efeito cromático. Um efeito ornamental que traduz, de certo modo, a primitiva ideia do conceptualismo estético cisterciense marcado pela recusa da exuberância em privilégio do tópico da austera *simplicitas*.

Alcobaça, aquele que nos serviu para o presente estudo. Não tem, aliás, o pequeno pergaminho original da chancelaria alcobacense qualquer cota arquivística, devendo ter sido peça original interposta neste “Caderno dos Forais” em data tardia e como opção correspondente a uma lógica arquivística erudita local tardia.

¹² De recordar, de qualquer modo, que as cartas de foral mais antigas, undecentistas, são copiadas a partir das lições da chancelaria abacial, prova da primitiva organização do arquivo local. Arquivo que acolhera, também, os actos de redacção notarial pública que afectavam os interesses dos Monges.

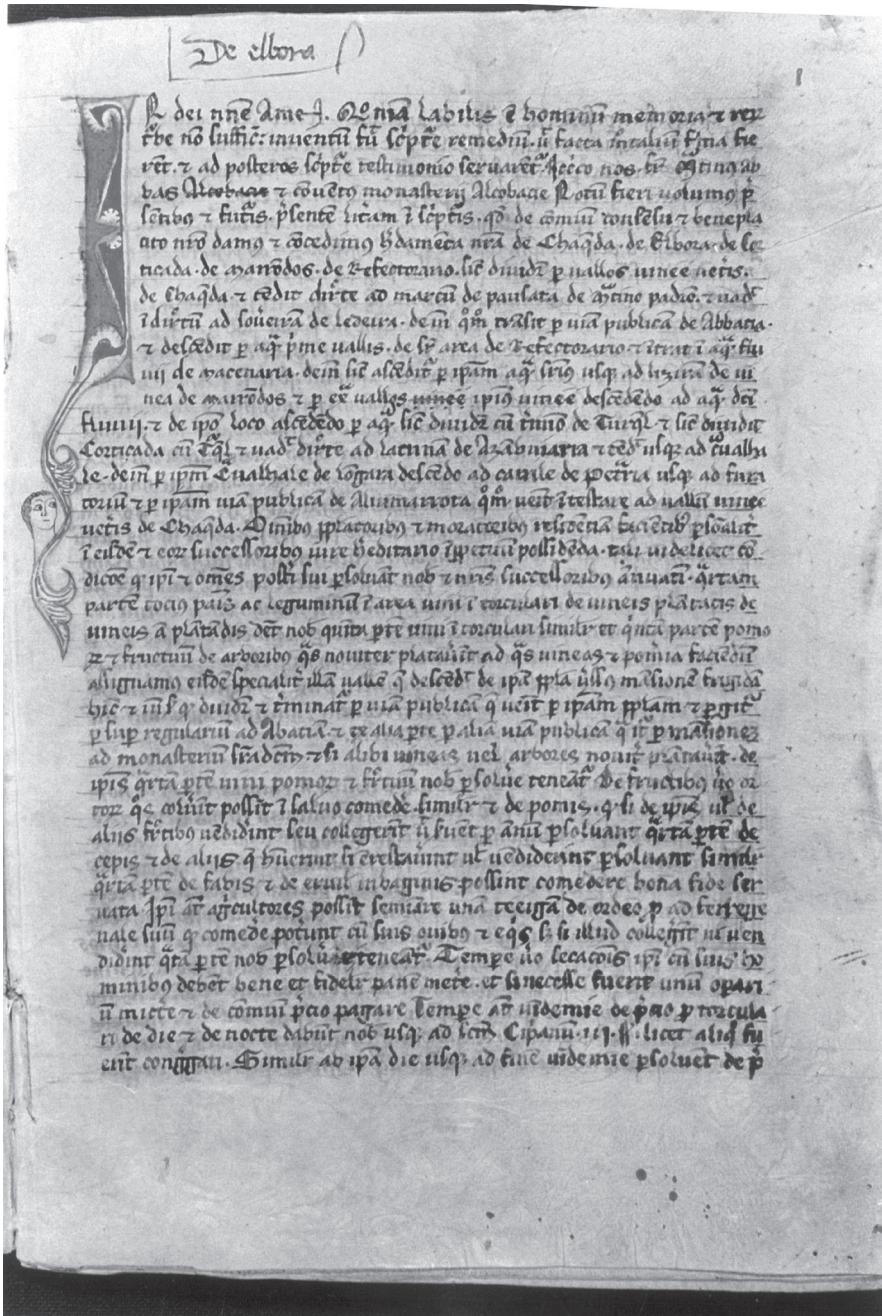
UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

A composição morfológica das letras iluminadas conjuga traço geométrico com tema floral. No “I” do fólio inicial, porque, certamente, lauda de abertura, o ornamento estende-se pela bordadura da margem dorso do caderno, não resistindo o autor ao lançamento de um pequeno busto/cariátide humana, induzindo o leitor na suspeita de alguma tentativa hipoteticamente caricaturista. Em última análise, uma “petite drôlerie” de risco numa experiência da construção codicológica alcobaciana em época tardia e distante do fulgor dos copistas dos tempos mais primitivos desta comunidade monástica.

Paleograficamente, a mão do copista deste pequeno manuscrito denuncia hábitos de trabalho próprios da elaboração dos códices produzidos em ambientes e tradições de *scholae* gráficas monásticas. Escrita já gótica libraria, caracteriza-se, no entanto, pela acentuada contenção de caudas e hastes, abundando os sistemas braquigráficos de contracção das palavras, letras sobreescritas, modificações literais e abreviaturas comuns da tradição gráfica carolina antiga (casos dos “9” finais ou do sinal “4” para –us/os e –rum, respectivamente). Em geral, a morfologia dos grafemas lembra os alfabetos mais conservadores dos códices tardios da Centúria undecentista e de Duzentos, posto que se note uma inegável fracturação em letras como “cc”, “gg”, “rr” e “tt”. Os “AA”, “NN”, “QQ” e “TT” maiúsculos acentuam a imagem algo arcaizante do cânone gráfico seguido.

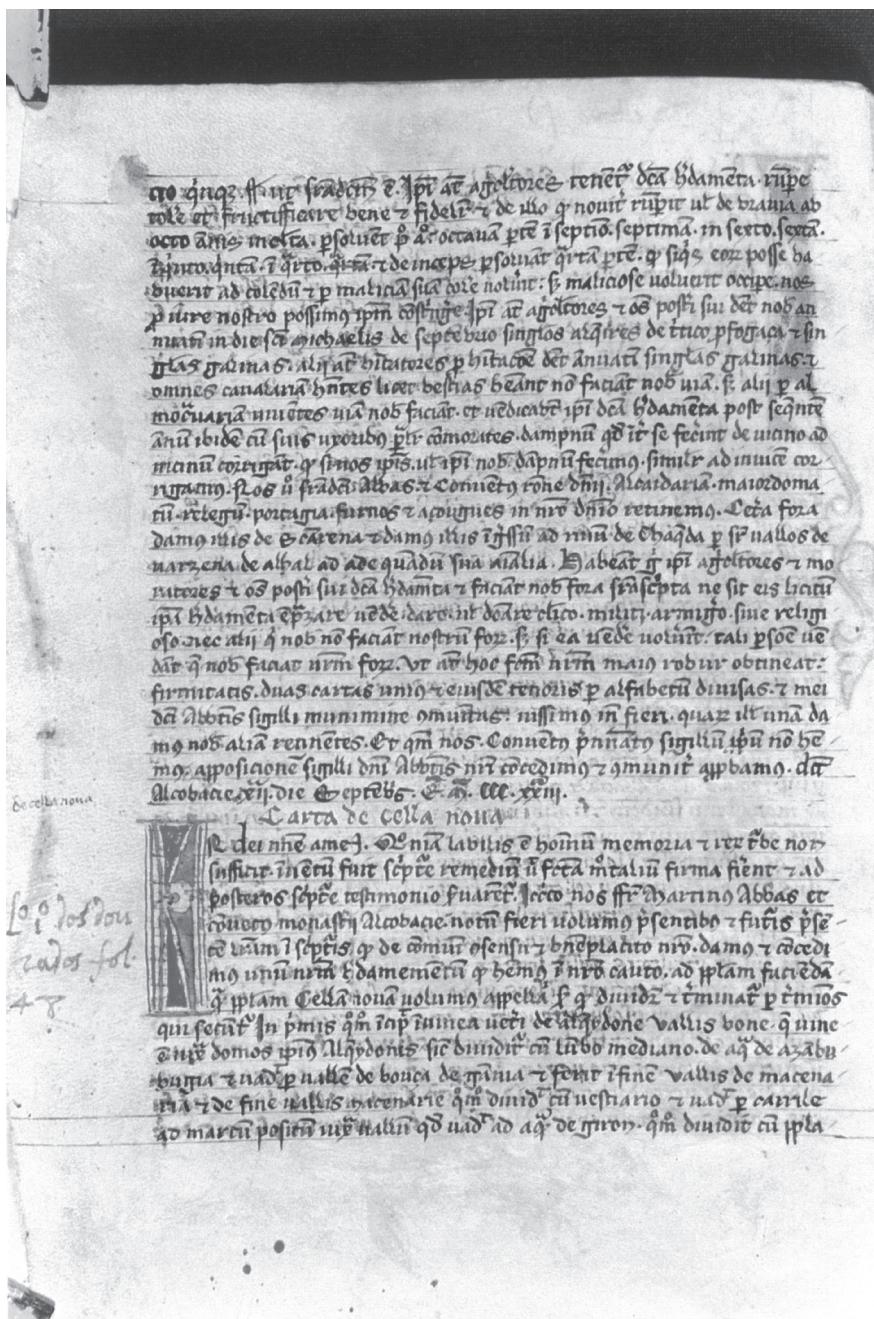
O conservadorismo geral do modelo gráfico, particularmente compreensível em claustros monásticos de grande tradição libraria, é, de algum modo, atenuado pela proliferação de pequenas e muito simples *litterae ornatae* bicolores, a sépia e vermelho, bem como pelas rubricas encabeçando a abertura de cada novo foral ou, no caso dos fólios 8 a 9, assinalando com largueza de espaço os parágrafos textuais.

Correspondendo certamente a uma preocupação de foro institucional e de útil empenho jurídico, este pequeno manuscrito, pela sua consistência codicológica, paleográfica e diplomática não pode deixar de inserir-se no contexto da tradição editorial gráfica do *scriptorium* alcobacense, assinalando, pela proposta de datação histórica e crítica que apontámos, a sobrevivência, em meados de Trezentos, de práticas gráficas alcobacenses que representam o gosto do *scriptorium* abacial marcado pela permanência de uma *traditio scripturae*, mais do que por actualizações gráficas abruptas cujos padrões góticos encontrariam na documentação avulsa dos notários um campo mais permissivo e aberto a mudanças.

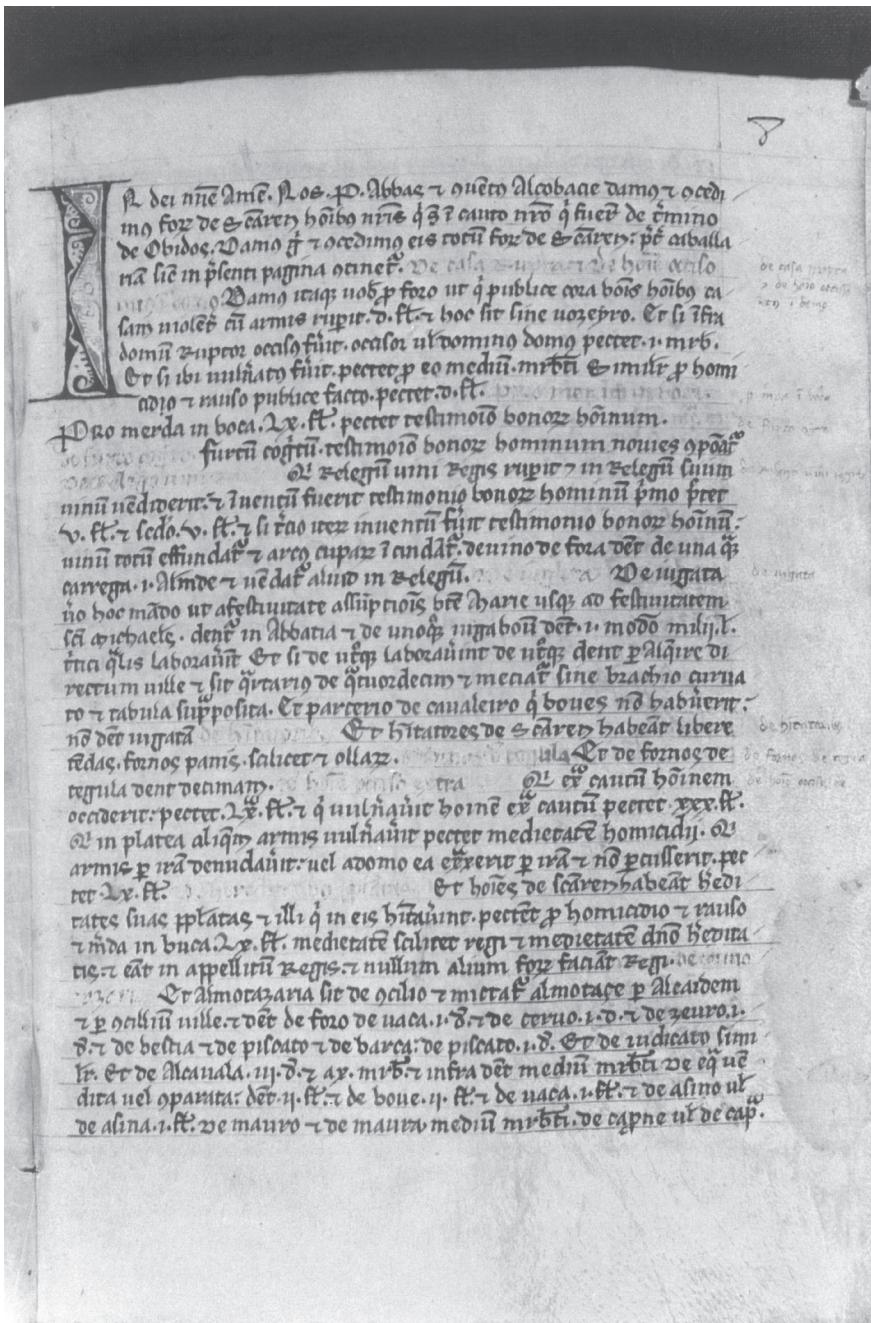


1 – Fl. 1 do “Caderno dos Forais”

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”



2 – Fl. 1vº do “Caderno dos Forais”



3 – Fl. 8 do “Caderno dos Forais”

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

[Ca. 1332...], Alcobaça — *Registo dos Forais dos Concelhos de Évora de Alcobaça, de Cela Nova, da Pederneira, de Turquel, de Maiorga, de Alfseizerão , ainda, dos lugares de Alvorninha, Mouta, Azenheira, Traballhia, Óbidos, Vidais, Almafála, Mato, Mosteiro e Escoria.*

TT — Mosteiro de Alcobaça, 2^a incorporação, M.^o 1, Doc. 1.

Obs.: Caderno em pergaminho com 5 bifólios; larg.: 155 x alt.: 218mm; iluminado; com várias anotações modernas no fl. 1 referentes a outros forais do Couto de Alcobaça.

De Elbora

In Dei nomine, amen. Quoniam est hominum memoria et rerum turbe non sufficit, inuentum fuit scripture remedium ut facta mortalium firma fierent et ad posteros scripture testimonio seruarentur. Iccirco nos Frater Martinus abbas¹³ et Conuentus Monasterii Alcobacie notum fieri uolumus presentibus et futuris presentem literam in scripturis quod de communi consensu et beneplacito nostro damus et concedimus herdamenta nostra de Chaqueda, de Elbora, de Corticada, de Marrondos, de Refectorario sicut diuiditur per Uallos Uinee Ueteris de Chaqueda et tendit directe ad marcum de Pausata de Martino Padrom et uadit in directum ad Souereiram de Ledeira deinde quomodo transit per uiam publicam de Abbatia et descendit per aquam prime Uallis de super area de Refectorario et intrat in qua fluuii de Macenaria deinde sicut ascenditur per ipsam aquam superius usque ad Leziram de Uinea de Marrondos et per extra Uallos¹⁴ ipsius uinee descendendo ad aquam dicti fluuii et de ipso loco ascendendo per quam sicut diuiditur cum termino de Turquel et sicut diuidit Cortiçada cum Turquel et uadit directe ad Lacunam de Azambuiaria et tendit usque ad Carualhale deinde per ipsum Carualhale de Longara descendo ad Carrile de Petraria usque ad Furatorium et per ipsam uiam publicam de Aliumarrota quomodo uenit intestare ad Uallum Uinee Ueteris de Chaqueda.

Omnibus populatoribus et moratoribus residentiam facientibus personaliter in eisdem et eorum successoribus iure hereditario in perpetuum possidenda tali uidelicet condicione quod ipsi et omnes posteri sui persoluant nobis et nostris successoribus annuatim quartam partem totius panis ac leguminum in area, uini in torculari de uineis plantatis de uineis autem plantandis dent nobis quinta partem uini in torculari similiter et quintam partem pomorum et fructuum de arboribus quas nouiter pla[n]tauerint ad quas uineas et pomeria faciendum

¹³ Riscou a palavra “Alcobacie”.

¹⁴ Riscou a palavra: “uinee”.

assignamus eisdem specialiter illam per uiam que descendit de ipsa popula uerssus Mansionem Frigidam hinc et in super quod diuiditur et terminatur per uiam publicam que uenit per ipsam populam et pergitur per super regularium ad Abatiam et ex alia parte per aliam uiam publicam quam itur per Mansionem ad Monasterium supradictum. Et si alibi uineas uel arbores nouiter prantauerit de ipsis quartam partem uini pomorum et fructuum nobis persoluere teneantur.

De fructibus uero ortorum quos coluerint possint in saluo comedere similiter et de pomis quod si de ipsis uel de aliis fructibus uendiderint seu collegerint ut seruent per annum persoluant quartam partem de cepis et de aliis que habuerint si enrestauerint uel uendiderint persoluant similiter quartam partem de favias et de eruulis in vaginis possint commedere bona fide seruata. Ipsi autem agricultores possint seminare unam tecigam de ordeo pro ad ferregenale suum quod comedere potuerint cum suis ouibus et equis sed si illud collegerint uel uendiderint quartam partem nos persoluere¹⁵ teneantur.

Tempore uero secacionis ipsi cum suis hominibus debent bene et fideliter panem metere et si necesse fuerit unum operarium mictere et de communi precio pagare. Tempore autem uindemie de precio pro torculari de die et de nocte dabunt nobis usque ad Sanctum Ciprianiij solidos licet aliqui fuerint congregari. Similiter ab ipsa die usque ad finem uindemie persoluent de pre [Fl. 1vº] tio quinque solidos ut supradictum est. Ipsi autem agricultores tenentur dicta herdamenta rumpere tolere et fructificare bene et fideliter et de ilo quod nouiter rumperit uel de brauia ab octo annis inculta persoluent pro anno octauam partem, in septimo septimam, in sexto sextam, in quinto quintam, in quarto quartam¹⁶ et deinceps persoluant quartam partem quod si quis eorum posse habuerit ad colendum et per maliciam suam colere noluerit sed maliciose uoluerit occipere nos pro iure nostro possimus ipsum constringere. Ipsi autem agricultores et omnes posteri sui dent nobis annuatim in die Sancto Michaelis de Septembrio singulos alqueires de tritico pro fogaca et singulas galinas. Alii autem habitatores pro habitatione dent annuatim singulas galinas et omnes caualariam habentes licet bestias habeant non faciant nobis uiam sed alii per almocrauariam uiuentes uiam nobis faciant et uendicabunt ipsi dicta herdamenta post sequentem annum ibidem cum suis uxoribus personaliter commorantes. Dampnum quod inter se fecerint de uicino ad uicinum corrigant quod si nos ipsis uel ipsi nobis dampnum fecerimus similiter ad inuicem corrigamus.

Nos uero supradicti Abbas et Conuentus ratione dominii alcaidariam, maiordomatum, relegum, portagia, furnos et açouges in nostro dominio

¹⁵ Palavra corrigida.

¹⁶ A palavra “quartam” foi traçada.

retinemus. Cetera fora damus nostris de Sanctarena et damus nostris ingressum ad riuum de Chaqueda per super Uallos de Uarzena de Alhal ad adequandum sua animalia. Habeant igitur ipsi agricultores et moratores et omnes posteri sui dicta herdamenta et faciant nobis fora suprascripta ne sit eis licitum ipsa herdamenta emprazare, uendere, dare uel donare clerico, militi, armigero siue religioso nec alii qui nobis non faciant nostrum forum sed si ea uendere uoluerint tali persone uendant que nobis faciat nostrum forum.

Ut autem hoc factum nostrum maius robur obtineat firmitatis, duas cartas unius et eiusdem tenoris per alfabetum diuisas et mei dicti Abbatis sigilli munimine communitas iussimus inde fieri quarum illis unam damus nos aliam retinentes. Et quoniam nos Conuentus prenominatus sigilum proprium non habemus apposicionem sigilli domini Abbatis nostri concedimus et communiter approbamus.

Actum Alcobacie, xij^a die Septembbris. Era M^a CCC xxij^a.

Carta de Cella Noua

In Dei nomine, amen. Quoniam labilis est hominum memoria et rerum turbe non sufficit inuentum fuit scripture remedium ut facta mortalium firma fierent et ad posteros scripture testimonio seruarentur. Iccirco nos Frater Martinus abbas et Conuentus Monasterii Alcobacie notum fieri uolumus presentibus et futuris presentem literam inscripturis quod de communem consensu et beneplacito nostro damus et concedimus unum nostrum herdamentum quod habemus in nostro cauto ad populam faciendam quam populam Cellam Nouam uolumus appellare sicut quod diuiditur et terminatur per terminos qui secuntur.

In primis quomodo incipit in uinea ueteri de Alq[ue]ydone Vallis bone que uine est iuxta domos ipsius Alqueydonis sicut diuiditur cum Lumbo Mediabi de aqua de Azambrugia et uadit per Uallem de Bouça de Grania et ferit in finem Valis de Macenairia et de fine Vallis Macenarie quomodo diuidit cum Uestiaro et uadit per Carrile ad marcum positum iuxta Uallum quod uadit ad aquam de Giron quomodo diuidit cum popula [Fl. 2]¹⁷ toribus de popula de Valado que aqua de Giron descendendo uadit intrat in Almuniam nostram que dicitur de Pelagio Rapaz et de ipsa Almunia quomodo descendit ad Lacunam et reuertitur statim ad murum positum iuxta dictam lacunam et dehinc quomodo uadit pergendo per ipsum murum et iungitur aque de subtus Portum Castelli et uadit per Ualle ad Sautum Ueterem et exit ad Portum Uetere de Lagena quomodo uadiunt ad Capud de Souerali Vinee de Sauto, deinde ad Lacum quomodo uadit ad Forum deinde ad Carile quod uenit de Alfeyzeram per finem de Comeeyra

¹⁷ Na margem de cabeceira: “De Cella Noua”.

de Sauto quomodo uenit ad Caput Rasum usque ad Uallum Ueterem Vinee de Alqueydone Vallis Bone et uadit per illum Ualum ferire in oliuetum et herdamentum de Paaçāo quod diuidit cum Grangia de Colmeis.

Omnibus populatoribus qui debent esse octogintam septem numero et non minus et moratoribus residenciam facientibus personaliter in eodem et eorum successoribus iure hereditario in perpetuum possidendum tali uidelicet condicione et pacto quod ipsi et omnes posteri sui persoluant nobis et successoribus nostris annuatim quartam partem tocius panis ac leguminum in area, vini in torculari de uineis plantatis, lini in tendali, oliuarum in oliueto. De uineis autem plantandis dent nobis quintam partem uini in torculari similiter et quintam partem pomorum et fructuum de arboribus quas nouiter plantauerint. De fructibus uero ortorum quos coluerint possint in saluo comedere similiter et de pomis quod si de ipsis uel de aliis fructibus uendiderit seu collegerit ut seruent per annum persoluant nobis quartam partem. De cepis et de aliis que habuerit si enrestauerint uel uendiderint persoluant similiter quartam partem de favis et de erulis in vaginis possint comedere bona fide seruata. Ipsi autem agricultores possint seminare unam teeygam de ordeo ad ferragenale suum quod comedere poterint cum suis bouibus et equis sed si illud coligerint uel uendiderint quartam partem inde nobis persoluere teneantur. Tempore uero secacionis ipsi cum suis hominibus debent bene et fideliter panem metere et si necesse fuerit unum operarium mittere et de communi precio pagare. Tempore autem uindemie de precio pro torculari de die et de nocte dabunt nobis usque ad Sanctum Cipriani tres solidos licet ali qui fuerint congregati. Similiter ab ipsa die usque ad finem uendemie persoluant de precio v solidos ut supradictum est. Ipsi uero agricultores tenentur dicta herdamenta rumpere, solere et fructifficare bene et fideliter. Et de illo quod nouiter rumperit uel de brauia ab octo annis inculta persoluent pro anno octauam partem, in septimo septimam, in sexto sextam, in quinto quintam, in quarto et deinceps persoluant quartam partem quod si quis eorum posse habuerit ad colendum et per maliciam suam colere noluerit sed maliciose uoluerit occupare Nos por iure nostro possumus ipsum constringere. Ipsi autem agricultores et omnes posteri sui dent nobis annuatim in die Sancti Michaelis de Septembrio singulos alqueyres de tritico pro fogaca et singulas galinas. Alii autem habitatores pro habitatione dent annuatim singulas galinas. Et omnes caualariam habentes licet bestias habeant non faciant nobis uiam sed alii per almocrauariam uiuen [Fl. 2 vº]¹⁸ tes uiam nobis faciant. Et uendicabunt ipsi dicta herdamenta in quinto anno ibidem cum suis uxoribus personaliter commorantes. Dampnum quod inter se fecerint de uicino ad uicinum corrigant quod si nos ipsis uel ipsi nobis dampnum fecerimus similiter ad inuicem corrigamus.

¹⁸ Na margem de cabeceira: “De Cellula Noua”.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

Nos uero supradicti Abbas et Conuentus ratione dominii alcaydariam, maiordomatum, relegum, portagia, furnos, molendinos et açougues in nostro dominio retinemus. Cetera fora damus illis de Sanctarena. Concedimus illis quod possint habere de nemore illo quod est infra terminos suprascriptos ligna ad faciendum domos suas et aratra et alia que pertinent ad culturam et hoc tantum modo per mandatum nostrum speciale sed non sit illis licitum inde lign^a¹⁹ aliqua nec aliquid aliud de ipso nemore uendere uel donare. Habeant igitur ipsi agricultores et moratores et omnes posteri sui dicta herdamenta et faciant nobis fora supradicta. Non sit eis licitum ipsa herdamenta emplazare uendere dare uel donare clerico militi armigero siue religioso nec alii qui nobis non faciant nostrum forum sed si ea uendere uoluerint tali persone uendant que nobis faciat nostrum forum.

De dictis uero herdamentis de Cella uidelicet et de Bairo que diuiduntur et concluduntur diuisionibus prelibatis excipimus Grangiam nostram de Cela cum todo circuitu suo, cum vinea uidelicet et uarzena contigua ipsi uineo sicut diuiditur per marcos ibidem positum et cum pomerio et orto pertinentibus ad eandem Grangiam et Grangia de Barro cum toto circuitu suo et cum oliueto in ibi existenti sicut diuiditur et terminatur per diuisiones et marcos ibidem positos et almuinam que dicitur de Pelagio Rapaz cum circuitu suo licet existant infra terminos nominatos que omnia et eorum singula ad opus nostrum et usus proprios reseruamus.

Et ut hoc factum nostrum maioris roboris obtineat firmitatem duas cartas unius et eiusdem tenoris per alfabetum diuisas et mei dicti Abbatis sigilli munimine communitas iussimus inde fieri quarum unam illis damus nobis aliam retinentes. Et quoniam nos prenominatus Conuentus sigillum proprium non habemus appositionem sigilli domini Abbatis nostri et communiter approbamus.

Actum Alcobacie, xx^aj^a die Madii. Era M^a CCC xxiiij.

De Peteraria

In nomine Domini, amen. Sabham quantos este estromento virem e leer ouvirem que perdante mim Vicente Anes publico tabeliom del Rey e das testemunhas adeante escritas, Domingos Paaz, juiz da Pederneyra, mostrou huā carta do muyto honrrado Dom Stevam em outro tempo Abbade d'Alcobaça e do seu seelo pendente sealada como em ela parecia da qual o teor tal he: [Fl. 3]

¹⁹ Foi corrigido de “lignum”.

De Peternaria²⁰

In nomine Domini, amen. Quoniam dies hominum breues sint et eorum gesta nisi redigantur in scriptis a memoria elabuntur et obliuio sepe impedit ne ad noticiam perueniant preteritorum, iccirco nouerint uniuersi presentis scripti seriem inscripturi²¹ quod nos Frater Stephanus abbas et Conuentus Monasterii Alcobacie de beneplacito et concensu nostro et concedimus presentibus qui morantur un uilla nostra de Petrenaria qui mare intrant et frequentant quedam nostram hereditatem que iacet inter Grangiam nostram de Turre que uocatur de Fremonda et inter aliam Grangiam nostram de Piscaria cuius hereditatis isti sunt termini: in primo quomodo incipit per Mamoam que est iuxta Portum de Barca et tendit directe ad Carrile deinde quomodo tendit ipsa uia per cacumen de Serra uertentibus aquis ad Lacunam et ad Grangiam nostram de Turre et quomodo tendit per ipsum cacumen et descendit per Padanariam ad aquam de Anhados et reuertitur ad Carrile per quod deportauerunt ligna domini Regis et quomodo tendit per uiam de super Uineam de Turre et tendit per Ualadum de prope Lacunam usque ad uineam de Dormon et tendit sursum ad uiam publicam super uineam de Dormon et quomodo descendit per Carrile ad Imbarcatorium ubi fuerunt ligna domini Regis.

Damus itaque eisdem piscatoribus et eorum successoribus dictam hereditatem cultam et non cultam cum suis ingressibus et egressibus iure hereditario in perpetuum possidendam sub tali uidelicet condicione quod tam ipsi quam successores eorum habeant et possideant dictam hereditatem et eam fideliter excolant, fructificant atque plantent et dent nobis et successoribus nostris annuatim quintam partem tocius panis, uini, olei, leguminum et omnium aliorum fructuum quos in dicta hereditate habuerint. De aliis uero cepis et ortis et de omnibus fructibus arborum dabu[n]t nobis quintam partem exceptis illis quos ipsi comederint in nouo in domo sua et hoc debet fieri bona fide quod si de ipsis uendiderint dabunt nobis nostrum directum.

Et dicti piscatores in quolibet anno nobis et successoribus nostris forum facient supradictum. Alii uero cultores qui mare non intrant aut frequentant persoluant nobis pro foro quartam partem de omnibus antedictis et fogaçam de tritico et galinam. De aliis etiam fructibus quos percepereint et Deus dederit ibidem dabunt nobis fideliter quartam partem.

Cum autem piscator deceserit uxore ipsius uidua remanente quandiu inuiduitate permanserit persoluat et faciat forum quod consuevit facere cum

²⁰ Repete “De Peternaria”.

²¹ Sic.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

marito similiter filii et filie piscatorum quamdiu non fuerint coniugati. Quod de senibus et diuitibus qui mare non intrant similiter obseruetur.

Igitur de terra inculta dabunt nobis pro anno octauam partem, secundo septimam, tercio sextam, quarto quintam et sic deinceps forum facient nominatum quod si forte aliquis desidens aut negligens fuerit quod non uellit uel non possit dictam hereditatem rumpere, colere seu fructificare perdat ipsam hereditatem et per nos Abbatem et Conuentum dabitur allii excolenda qui eam rumpat, colat et fructificet et forum faciat ut superius dictum est.

Tempore uero quo panis colligitur atque uinum a piscatoribus supradictis pro nostro et ipsorum [Fl. 3 vº] <De Peternaria> comodo ordinamus ut cum arrendator qui ipsam terram arrendatam uocatus fuerit ad diuidendum panem et uinum hoc ipsum sine mora idem arrendator facere teneatur et ad collendum ipsum panem quilibet istorum pisscatorum cum tota domo et familiam sua colligat et si necesse fuerit quod ad hoc operarius <aliquis> conducatur de communi aceruo recipiat precium suum.

De vino insuper faciendo tempore uindemiarum statuimus ut torcularia nostra sint et quicumque ibi fecerit uinum suum ante festum Sancti Cipriani persoluat pro die et nocte duos solidos et medium post festum uero Sancti Cipriani tenetur pro die et nocte pro torculari persoluere quinque solidos. Quod si tam paucas habuerit unus quod non sufficient per se facere torcularium integrum iungat sibi unum uel duos socios si necesse fuerit et similiter faciant unum forum et extracto vino quantum posuerint in torculari de aqua et tantum inde extrahat. Quod uero uineam plantauerit usque ad quatuor annos sequentes non faciat inde nobis forum.

Ordinamus etiam quod montes, fontes et pascua sint communes nobis et ipsis piscatoribus exceptis defensis pro ad nostros boues et bestias et quicumque dampnum fecerit cum ganato corrigat illud de uicino ad uicinum.

Et supranominatam hereditatem uendicent usque ad quatuor annos sequentes. Nec sit eis licitum ipsam hereditatem emplazare, uendere uel donare clero seculari, militi, armigero, religioso seu etiam alicui alii per quem redditus et prouentus nostri Monasterii possint minui in aliquo seu etiam aliquatenus impediri.

In cuius rei testimonium fecimus exinde fieri duo instrumenta unius eiusdem tenoris per alfabetum diuisa et mei sigilli Abbatis munimine premunitam quorum instrumentorum nos unum retinemus, altero prefatis piscatoribus remanente. Et nos prenominatus Conuentus quia sigilum proprium non habemus appositionem sigilli domini Abbatis nostri concedimus et communiter approbamus.

Actum in Monasterio Alcobacie, kalendis Junii. Era M^a CCC^a xxj^a.

A qual carta perleuda eu sobredicto tabeliom a rogo do dicto Domingos Paaz esta carta em pubrica forma tornei e este estormento ende feyto com a copia da dicta carta com mha mãao propria escrevi he em ele este meu sinal que tal he pugi em testemunho de verdade.

Feyto em Leyrea, xxvj dias de Novembro. Era de mil e CCC quareenta e nove anos. Presentes: Domingos Vicente, vogado, Martim do Rio, Joham Coelho.

Carta de Turquello

Sabham todos que na Era de mil e trezentos e seseenta e sete anos, vij dias d'Abrial na pobõa de Turquel em presençā de mim Fernand'Ayres tabeliom del Rey no dicto logo e das testemunhas adeante escritas Joham Perez, juiz do dicto logo de Turquel, mostrou e per mym dicto tabeliom leer fez huum teor duã carta fecta per mãao d'Affonss'Eanes tabeliom de Porto de Moos e com seu sinal segundo parecia, do qual o teor de vervo a vervo tal he:

¶ Sabham todos que perdante mim Affomss'Eanes publico tabeliom de Porto de Moos e das testemunhas adeante scritas, Pero Martiiz Sosmadaro de Vila Nova de Turquel, mostrou e per mim leer fez huã carta de foro, selada do verdadeiro seelo de Dom Frey Pedro, pela mercee de Deus abbade d'Alcobaça, colgado duum cordom de sirgo, segundo a mym parecia, nom raza, nom antrelinhada em nenhua parte vessada, da qual ne'migalha adudo, ne'migalha removudo, o teor de vervo a vervo tal he: [Fl. 4]

In Dei nomine, amen. Quoniam est omnis labilis memoria et rerum turbe non sufficit inuentum fuit scripture remedium ut facta mortalium firma fierent ad posteros scripture testimonium seruarentur, iccirco nos Frater Petrus abbas et Conuentus Monasterii Alcobacie notum fieri uolumus presentibus et futuris hanc literam inspecturis quod de communi consensu et beneplacito nostro damus et concedimus quedam herdamenta nostra in termino Grangie nostre de Turquelios sicut diuiditur cum populatoribus de Elbora ex parte aquilonis et ex parte orientis per semitam que uadit ad Lacunam de Ouibus deinde per eandem semitam que tendit ad Lacunam de Eraria ad uiam publicam que uenit de Ota sicut per marcos ibi positos plenius declaratur deinde ad Capitem Rasum et de Capite Raso descendit ultra Sanctum Bartholomeum et tendit ad ribariam que uadit directe ad Marrondos usque terminum de Elbora excepta Grangia supradicta de Turquello cum suam uineam et cum suis oiliuetis et cum suis ortis et pomeriis et cum suis cunchausis et cum illo mato qui incipit in olliuento quod remanet Grangie supradicte quomodo uadit de ipso olliuento per carrilem seu uiam publicam uertente aquam uersso uineam de Turquello

usque ad finem uinee supradicte que debet remanere Grangie ad faciendum ibi quisquis Magistro predicte Grangie placuerit et pars terre que remanet Grangie est diuisata et terminata per celerarium nostrum et per sesimarios et demarcata omnibus populatoribus popule nostre siue uille quam Uillam Nouam de Turquelo uolumus appellari et eorum successoribus qui nunquam debent esse pauciores hereditatores quam quadraginta continue personaliter residentes in perpetuum possidenda tali uidelicet condicione quod ipsi et omnes posteri sui persoluant nos et nostris successoribus annuatim quartam partem tocius panis ac leguminum qui habuerint in area et ligni in tendali. Item de vineis plantatis et de oliuetis que plantauerint extra terminum oliueti quod sibi dedimus et de omnibus fructibus arborum quos habuerint uel plantauerint dent nobis quintam partem sicut illi de Elbora faciunt de fructibus ortorum quos coluerint possint in saluo comedere similiter et de pomis quod si de ipsis uel de aliis fructibus uendiderint uel colligerint ut seruent persoluant quintam partem.

Ipsi autem agricultores possint seminare unam teygam de ordeo uel de centeo pro ad ferregenale²² suum quod comedere poterunt cum bouibus siue equis suis sed si illud coligerint uel uendiderint nobis quartam partem persoluere teneantur. Oliuarum uero de oliueto quod eisdem dedimus debent nobis dare tam ipsi quam successores eorum medietatem in pace et in area. Et si ibi panem et leguminam seminauerit dent nobis quartam partem similiter in area in saluo et de omnibus fructibus arborum quas Deus ibi dederit. Et debent ipsum oliuetum manutenere et plantare quod plantandum fuerit quilibet in sortem suam et excollere bene et fideliter et circundare ipsum oliuetum uallo uel muro quod non possit deparuari aut destruere a ganatis et nihil fecerint illi qui culpabilis inuentus fuerit et negligens predictam partem quam ibi habuerint tempore uero secacionis uel messionis debent ipsi cum suis hominibus et cum sua familia bene et fideliter panem metere et si necesse fuerit unum operarium mictere et de communi precio pagare et hoc debet [Fl. 4 vº]²³ fieri sine fraude.

Ipsi si uendicabitur dicta herdamenta post sextum annum faciendo domos in tempore sibi assignato et morando personaliter et continue in dicta Uilla Nova de per predictos sex annos et rumpendo quod rumpendum fuerit quilibet secundum posse suum plantando uineas, pomeria et oliueta ita quod ad minus semper sint quadraginta populatores uel agricultores. Habeant igitur ipsi agricultores et moratores et omnes posteri eorumdem dicta herdamenta et faciant nobis fora suprascripta et in aliis foris faciant sicut illi qui morantur in uilla nostra de Elbora per omnia nec sit eis licitum ipsa herdamenta emplazare uendere uel donare clerico, militi, armigero siue religioso uel sarraceno uel iudeo nec alio modo

²² Corrigimos de “ferregenale”.

²³ Na margem de cabeceria: “De Turquello”.

alienare nec alii qui non faciant nobis nostrum forum. Item predicti populatores debent habere oliuetum sicut celerarius et sesmarii diuiserunt et demarcauerunt per marcos ibi ponitos inter Grangiam et ... omnes et debent habere aquam de capharigo pro se et pro ganatis suis et graniarius similiter por ad omnia que sibi fuerint necessaria debet accipere et abere. Tempore autem uindemie de precio pro torculari de die et de nocte dent nobis usque ad Sanctum Cipriano tres sollidos licet aliqui fuerint congregati similiter ab ipsa die usque ad finem uindemie persoluant de precio quinque solidos. Item non debemus facere aliam populam nec ponere alios agricultores inter predictam populam nouam et Serram de Mendiga, excepto quod magistri de Tuquello et fratres ibi commorantes et qui custodiunt oves et alia animalia nostra possint in termino supradicto facere suas searas sicut sibi uidentur expedire. Item predicti populatores debent habere et accipere aquam de Puteo de Relua tantum modo pro ad bibendum.

Ut autem hoc factum nostrum maius robur obtineat firmitatis fecimus inde fieri duas cartas uni et eiusdem tenoris mei predicti Abbatis sigilli munimine communitas. Quarum supradictis populatoribus unam dedimus, nobis alter remanet in testimonium premissorum. Et quia nos Conuentus supradictus sigillum proprium non habemus appositionem sigilli dicti Abbatis nostri concedimus et firmiter approbamus. Auctum apud Alcobatiam, prima dies Augusti. Era M^a CCC quinquagesima secunda.

A qual carta de foro sobredicta leuda he publicada o dicto Pero Martiiz pidio a mim dicto tabeliom que lha tornasse em publica forma e so me[u] sinal. Fecto em Porto de Moos, em casa de mym dicto tabeliom, viinte e quatro dias de Junho. Era de mil e CCC e L e iiii anos. Testemunha desto specialmente rogados e chamados: Martim Anes, Domingos Andre, Joham Iro, Joham Perez, Pero Martiiz. E eu Saffons'Eanes sobredicto publico tabeliom de Porto de Moos a esto presente fui e o teor da dicta carta em publica forma torney a rogo e a petiçom do dicto Pero Martiiz e com mha mãao propria escrevi e em ela este meu sinal pugi em testemunho de verdade.

O qual translado perleudo e publicado, Dom Frey Stevam, abade d'Alcobaça pidio a mym dicto tabeliom que lhe desse ende o tralado. Fecto no dicto dia e logo. Testemunhas: Ruy Gonçalviz de Porto de Moos, Gil Perez, alvazil de Aljumarrota, Affomso Perez d'Evora, Affoms'Eanes, Joham Martiiz Menino, do Couto d'Alcobaça, Domingos Martiinz, alcayde d'Aljumarrota e outros. E eu dicto tabeliom que a petiçom do dicto Abbade esto com mha mãao propria escrevi e aqui meu sinal pugi que tal he, em testemunho [Fl. 5]²⁴ de verdade. E

²⁴ Na margem de cabeceira: “De Maiorica”.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

eu dicto tabeliom antrelinhey as viinte e oyto linhas em que se começa: de precio pro torculari e encima sse ad finem uindemis e aqui meu sinal pugi que tal he, em testemunho de verdade.

De Maiorica

Sabham quantos este testemunho virem que na Era de mil e trezentos e sesseenta e oyto anos, xvij dias de Mayo na pobra de Mayorga, Domingos Giraldiz, procurador do Concelho da dicta pobra de Mayorga, mostrou e fez leer per mim Lourenc'Esteveez tabeliom de nosso senhor el Rey na dicta Pboa, huā carta scrita em pulgaminho e seelada do seelo do Concelho de Coz, pendente segundo em ela aprecia, da qual carta o teor de vervo a vervo a tal he:

En nome de Deus, amen. Sabham quantos este testemunho virem e leer ouvirem que eu Martim Martiinz, juiz de Coz, vy e perdante mim e das testemunhas que adeante escritas fiz leer huā carta aberta e seelada do seelo do nosso senhor Dom Abbade, a qual a mym mostrou Martim Martiinz, juiz da Pboa Nova de Mayorga com outros vezinhos desse logar. A qual carta era de Dom Abbade e do Convento d'Alcobaça, da qual carta o teor de vervo a vervo a tal he:

En nome de Deus, amen. Sabham quantos esta carta virem que nos Frey Pedro, abbade e o Convento d'Alcobaça damos a vos pobladores da nossa Pobla de Mayorga todo nosso herdamento como se enssarra em nos termhos em esta carta, convem a saber, como se compeça na aberta dos moynhos novos da Mata da Mayorga e vay pela vea da auga dessa Mata e vay ferir no Paaçāo hu se terminha a aberta que fezerom no Ferregeal e dy como recude per a Cabeça d'Avrantes e o erdamento das Colmeas e vay partir com a do Vestiayro e vay ferir dereytamente aa Ponte de Dom Elias e vay partir com a Bemposta e com o Jardim e com Aljumarrota e ensserra todo o termho da Ferraria da Dona e vem ferir no valado velho do olival de Coz e dece aa Mata da Mayorga e di vay se dereytamente a aberta dos moynhos.

Damos a vos sobredictos pobladores todo o herdamento que he enssarrado nos dictos termhos, salvo vynhas, pomares, olivaaes, soutos e moynhos feytos e por fazer e salvo fornos de cal com sas pedreyras que reteemos pera nos e salvo o que he dado do termho da Ferraria pera vinharias contra Aljumarrota, que o ajades vos e todos vossos sucessores que veerem depoys de vos pera todo sempre e dedes a nos e ao nosso Moesteyro de todo o termho das Colmeas e da estrada da Mata da Mayorga em cada huum ano²⁵ o terço de todos os beens e fruytos que Deus hy

²⁵ Corrigido de “anos”.

der e non devedes a fazer vinhas nem pomares nem almuynhas nem ferregeãas em esses logares de susodictos e de todo o termho da Ferraria vos e os vossos sucessores devedes dar a nos e ao nosso Moesteyro o quarto de todos os beens que Deus hy der salvo do vinho e do azeite e das fruytas que devedes a dar o quinto e os Sesmeyros devem a sesmar o termho de susodicto em tal maneyra que aja cento casaaes com cento pobladores [Fl. 5 vº] e de cada huum casal deve o Monsteyro aaver duas carregas de palha de trigo e se pela ventura a tal homem for que as nom possa dar sem seu dano e nom for per sa culpa dê todavia huā carrega e esto deve de ficar em vista do Alcayde e do Alvazyl se as pode dar ambas se nom e devedes meter senhos obreyros se mester for aa boa fe na colheyta do pam e cada huum de vos sobredictos pobladores e os vossos sucessores devedes a dar a nos e aos nossos sucessores em cada huum ano por dia de Sam Myguel de Setembro senhos alqueyres de boo trigo por fogaça e senhas galinhas de foro e este foro façam todos aqueles que hy ouverem erdamentos. E os outros que hy morarem e nom overem herdamento dem das casas de foro senhas galinhas. E nenhum homem nom seja hy herdado salvo os que hy morarem contíoadamente e vos devedes aos dez anos vingar o dicto herdamento morando o contíoadamente com vossas mulheres e lavrando e frotiffigando o chantando vinhas e olivaaes e pomares e rompendo bem e fielmente cada huum as coyrelas que lhe forem assiinadas. E des ali adeante possades vender aa tal homem que o more e que aja força e poder de lavrar bem e compridamente esso que comprar com aquello que ante ouver em outra maneyra nom valha a venda ca nom teemos por bem de vender a tal homem que nom possa lavrar os dictos erdamentos cumpridamente. E vos e os vossos sucessores devedes lavrar e affrotivigar e romper os dictos erdamentos e especialmente romper logo a Mata da Mayorga porque entendemos que he grande nosso proveyto e voso e vos devedes chantar vinhas e olivaaes, pomares logo cada huum em sa coyrela assy como lhy for assiinada e estas cousas de susodictas devem se fazer bem e compridamente em outra maneyra possa o Senhor pear os negligentes com conselho dos homeens boos da pobia ou doutros como for dereyto e se algum nom quiser ou nom poder todo o seu casal ou parte dele de o a quem o lavre em tal maneyra que o dicto Monsteiro aja em todo o seu dereyto e se o fazer nom quiser de o o Abbade ou seu procurador a que'no lavre e faça em ele prol. E se algum dos dictos pobradore desemparar o seu casal ou erdamento que hy ouver, o Abbade ou seu procurador de o a que'no lavre a que el vir por bem e que o aja. E vos de susodictos pobradore e os vossos sucessores devedes dar a nos e aos nossos sucessores o quarto das fruytas e do azeite que ouver no logar da Tornaria e manteerem esse pumar e olival que nom desperesca ata que ajades pomares e olivaaes que venham com fruyto per que possades recobrar esses sobredictos pomar e olivaaes se os desfazer quiserdes, senom des al adeante dedes o quinto come dos outros novos que fezerdes.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

Item damos a vos sobredictos pobradores o souto que esta aa Ponte dos Moynhos da Fervença pero que nom tiredes madeyra nenhūā di pera fora da terra. E nos devemos desse souto filhar a que mester ouvermos pera adubar a ponte.

Item vos sobredictos pobradores devedes a correr as abertas connosco e fazer outras de novo hu e quando mester for e cada huum de vos deve a pagar do conto assy como levar dos fruytos.

Item os Sesmeyros [Fl. 6] devem a dar casarias a quantos quiserem morar na dicta pobra.

Item danos tambem da Ordem come dos outros corregam se pelos homeens boos assy come costume da terra convem a saber come de vezynho a vezynho.

Item reteemos pera nos todolos fornos, lagares, açougues que se fezerem na terra. E outrossy reteemos pera nos portageens, mordomado, relego e alcaydaria e coomhās que fezerem em essa terra.

Item lagares, ferregeāaes e almoynhas, alhos e legumas, cebolas e ajades vos sobredictos pobradores pelo foro da Cela Nova e d'Evora.

Item medidas e pesos e portageens e relego, ajade los segundo o costume de Sanctarem e per esse meesmo costume correga a coomhā quem na fezer.

Item todos aqueles que viverem per almocravaria façam a nos carreyra.

Item nos devemos fazer eygreja em essa sobredicta pobra e dar madeyra a esses pobradores pera se areeyro em essa mota de Mayorga. E devemos a ajudar os dictos pobradores pera fazer caminho per essa mata pera a Melva que ajam saida pera seus gaados pera essa Melva e passigoo.

E todas estas cousas de susodictas devem a dar e aguardar se e entenderem se bem e sãamente e sem maa engano e sem maa emterpretaçom da huā parte e da outra. E vos sobredictos pobradores e os vossos socessores nom sejades poderosos dos dictos erdamentos ou parte deles vender nem dar nem doar nem arrendar nem emplazar nem apenhorar nem escambar nem obrigar nem empristar a clérigo nem a cavaleiro nem a Ordem nem a religioso nem a dona nem linhagem nem a mouro ou a judeu nem a outra pessoa qualquer per o nosso senhorio ou as nossas rendas possam seer menguadas ou embargadas. E que estas nom venham poys em duvyda e que sejam firmes e estavees pera todo sempre.

Nos de susodictos Abbade e Convento d'Alcobaça fazemos en[de] fazer duas cartas semelhavis duum meesmo teor sealadas do seelo de mym sobredicto Abbade, das quaas²⁶ damos a vos sobredictos pobradores a huā e reteemos pera nos a outra. Em testemunho de todalas cousas sobredictas e porque nos Convento de susodicto de costume da nossa Ordem seelo proprio non avemos, a poimento do seelo de Dom Abbade vos lo outorgamos e louvamos.

²⁶ Sic.

Feyta foy esta carta no²⁷ Monsteyro d'Alcobaça, cinque dias andados de Mayo, na Era de mil e CCC xlj ano.

A qual carta publicada e perleuda pediu a mym dicto Joyz da pobla de Mayorga e os outros vezinos dessa pobla que lhe fezese traladar a dicta carta e lhes posesse hy o seelo do dicto Concelho de Coz. E eu Alvazil de susodicto, a rogo e aa petiçom dos sobredictos Alvazil e Vezinhos da dicta Pobra a dicta carta fiz screver e porque em nossa terra tabeliom nom avya e em ela o seelo do dicto Concelho pugi de Coz, em testemunho de verdade que tal he.

Fecta a carta, oyto dias por andar de Janeiro. Era de mil e CCC e xluiij anos. Testemunhas: Pedro Affomso, Joham Affomso, Lucas Iohanes, Gil Martiiz, Duram Martiiz, Domingos Steveez, Domingos Apariço e outros.

A qual carta perleuda per mim dicto tabeliom, Dom Stevom, abbaide do dicto Monsteiro d'Alcobaça pediu a mim dicto tabeliom que lhy desse o tralado.

Feyto no logo e no dia e [Fl. 6 v] na Era de suo primeiro escrita. Testemunhas: Stevam Martiiz, juiz, Juíhāa Vicente, alcayde, Martim Lourenço, Domingos de Sequeyras, Domingos Stevez, Dom Martim, Frey Appariço, celareyro, Frey Sueyro, monge. E eu sobredicto tabeliom este testemunho com o tralado da dicta carta escrevi a rogo do dicto Abbade e em ele este meu sinal pugi em testemunho de verdade que tal he.

Do Alfeyzeram

En nome de Deus, amen. Sabham quantos esta carta virem que nos Frey Johane, abbaide e o Convento do Monsteyro d'Alcobaça damos a vos pobradores do Alfeyseram e a todos vossos socessores as nossas herdades desse logo de Alfeyseram, da Mota e da Torre de Fremondo como som devisados e demarcados per as devisões que se seguem:

Primeyramente como parte pela Almoynha Velha que foy da Mouraria com Barrantes e dali pelo Valado Carro e dy aa Cruz de Joham Doureyro pela carreyra e dy a Augua dos Mosqueyros pela veã da agua e di saay se pelo Arneiro de Gonçalo e di per encuberta ao marco que see no Cume de Barva Torta e dy ao Valado do Pumar que see no cume como vay per esse Valado aa Eyra do Barreyro que fez Gil Dominguez e di como se vai ao viso do marco que see na Cabeça de Sobrela Casa de Leonardo e dy ao marco que see na Cabeça de Cima dou Val de Recobal pelo caminho velho e di a huum marco que see aperto em huã Cabeça antre o caminho velho de Charnaaes e o caminho d'Obidos que

²⁷ Riscou um "m" #.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

vay pera a Cella e di dereytamente como travessa o caminho da Cella e vai se aa Ribeyra de so a Granja do Souto hu see marco posto e dy ao Porto do Pinheyro e di como parte adeante com o termho da Cella e vay se aa Varzea Redonda. Desi como parte com caminho da Cavalariça que fica pera nos e com a vinha da Torre, a qual fica por do termho do Alffeyzeram.

Os quaaes pobradores devedes seer cento e nom meos. Damos a vos as dictas terras so taaes preitos e condições que vos lavredes e fruiteviguedes as dictas herdades bem e fielmente e rompades e chantedes vinhas e olivaaes e façades salinhas de sal e que dedes a nos e ao dicto nosso Monsteiro em cada huum ano pera todo sempre a quarta parte de todolos beens fruitos e renovos que Deus hi der. E outrossi do sal em paz e em salvo, salvando que das vinhas, olivaaes e pomares que fezerdes de novo devedes dar a quinta parte em paz e em salvo. O vinho no lagar e a tinta e as olivas, colheitas na eyra. E devedes dar de cada çafara senhos alqueires de trigo na eira que seja recebedoyro por fogaça e senhas galinhas por dias de²⁸ Sam Miguel. E todolos outros moradores que nom ouverem herdade dem senhas galinhas polas moradas. E vos devedes vingar essas herdades depos tres anos compridos e ante nom, morando as continoadamente per vos ou per outrem e lavrando e rompendo continoadamente e o que assi nom fezer que seja dos sobredictos Abbade e Convento de lha tolher nos dictos tres anos. [Fl. 7]²⁹ E vos nom devedes vender essas herdades nem parte delas e se as quiserdes vender fazer de lo saber ao que por nos morar no dicto logo do Alfeyzeram e se hy por nos nom morar nenguum nom sejades teudo de virdes sobresto a nos mays des ali adeante vendede o aa tal pesão que faça a nos o nosso foro e pague os dictos nossos dereytos. E se o assi nom fezer a venda nom valha. E porque nos nom podemos escusar palha pera nos quando hy formos e pera esses que morarem no Castelo pera nom receberdes deles nojo cada huum lavrador deve dar huã carrega de palha na eyra e se lha nom demandarem na eira nom lhe sejam depoys teudos. Item todos os que viverem per almocravaria devem nos fazer senhas careiras cada ano cada huum com sa besta. E reteemos pera nos o Castelo do Alfeyzeram com sas moradas e entradas e saidas assi como he devisado antre nos e vos e a vinha que chamam de Pero Neto e a orta assi como sta sarrada. Item reteemos pera nos todalas sainhas feytas com sas entradas e saidas e pertenças. Item reteemos pera nos moynhos e azenhas feitas e por fazer, pisões, lagares de vinho e d'azeite, fornos, relegos, açouques, portageens, moordomado, alcaidaria e todolos outros senhorios e dereitos³⁰ reaaes per qual

²⁸ Letra riscada.

²⁹ Na margem de cabecceira: “Do Alfeyzeram”.

³⁰ Escreveu e anulou as letras “reo”.

guisa quer que sejam tambem do mar e do rio come da terra. E o relego seja pelo costume de Sanctarem. E vos devedes dar bem e fielmente e compridamente as dezimas e as primicias aa Egreja. Item vos devedes a aleger voso alvazil por dia de Sam Miguel e presentarde lo a nos e nos juramenta lo e confirma lo. E o Alcayde seja vezinho. E damos vos medidas e foro de Sanctarem em todalas outras cousas. E vos devedes logo abrir a Varzeã da Mota tambem a aberta de meios come as sergentes de contra os Montes e mantee las pera sempre a vossa custa. E devedes meter guardadores jurados que guardem os pâaes e as vinhas e as abertas e pôerdes peã sobre'los danadores. Danos que se fezerem antre nos e vos corregerem se de vezino a vezinho segundo costume de Sanctarem. E vos devedes trabalhar logo per tal guisa que façades casas e moradas de guisa que ata Natal primeiro que vem ou ante se ante poderdes cada huum seja hi residente pera romper, lavrar e frutivigar de guisa que paresca que nom mengua per³¹ cada huum. E se algum de vos ou dos vossos socessores per negrigença nom quiser proveitar na sa casaria ou a nom fruytiv*<i>*gar ou a desemparar ou nom romper ou nom chantar vinhas e olivaaes ou nom fezer as dictas saynhas ou nom pagar a nos os nossos dereytos e foros sobredictos ou nom guardar e comprir todalas condições desta carta e³² cada huã delas nos vos possamos constrenger por todo assy como for dereyto. E vos devedes dar dos lagares ata Sam Cibrão tres soldos do dia e da noyte e dali adeante cinque soldos outrossy do dia e da noyte ainda [Fl. 7vº] ainda que sejades mays ajuntados en huum. E nos vos devemos fazer lagares segundo comprem ao logar e se os nom fezermos devedes no lo de frontar que os façamos ata tres vezes e de cada vez aver huum mes d'espaço e dali adeante se os nom fezermos faça se o que for dereyto. E vos devedes seer boos vassalos e leaaes aa Ordim. E vos devedes a meter a colher o pam³³ todolos de vossa casa e se mester for alguuns obreiros meterde los e pagar se do monte ate que se parta. Item outorgamos vos que possades semear senhas teeigas de cevada pera vossas bestas e pera vossos boys e se dela venderdes ou colherdes dardes a nos o nosso quarto. Outrossi das favas, ervilhas, cebolas, alhos, fruta possades comer em verde sem maa malicia e dos que colherdes ou arrestardes ou venderdes dardes ende a nos o quarto e os nossos gãados e os vossos devem pacer as hervas e bever as aguas de suum de guisa que nom façam dano. E nos devemos tapar o nosso pomar de guisa que par*<e>*sca que he bem tapado e se o assi nom taparmos os gãados que hy entrarem nom sejam teudos a corregimento. E nos sobredictos cento pobradore e lavradores por nos e por todos nossos socessores esta carta e todalas condições dela e cada huã delas louvamos e outorgamos.

³¹ Traçou a palavra “el”.

³² Riscou uma letra.

³³ Riscou um “d”.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

Em testemunhos das quaaes couas nos sobredictos Abbade e Convento mandamos ende fazer duas cartas huā que fica registrada no livro da nossa Notaria e esta que damos a vos seelada do seelo de nos sobredicto Abbade. E nos Convento de susodicto porque de costume de nossa Ordim seelo proprio nom avemos o poimento do seelo do dicto nosso Abbade em esta carta louvamos e outorgamos.

Dada em Alcobaça, vii[n]te e huum dia³⁴ d'Outubro. Era de mil e CCC e seteenta anos. [Fl. 8]

In Dei nomine, amen. Nos P(etrus) abbas et Conuentus Alcobacie damus et concedimus forum de Sanctarem hominibus nostris qui sunt in cauto nostro qui fuerunt de termino de Obidos. Damus igitur et concedimus eis totum forum de Sanctarem; preter caballarium sicut in presenti pagina continetur.

De casa rupta et de homine occiso intus in domo. Damus itaque uobis pro foro ut qui publice cora[m] bonis hominibus casam uiolenter cum armis ruperit .d. solidos et hoc sit sine uozeyro. Et si infra domum ruptor occisus fuerit, occisor uel dominus domus pectet .i. morabitinum. Et si ibi uulneratus fuerit pectet pro eo medium morabininum. Similiter pro homicido et rauso publice facto, pectet .d. solidos.

Pro merda in buca. Pro merda in boca .Lx. solidos, pectet testimonio bonorum hominum.

De furto cognitum. Furtum cognitum testimonio bonorum hominum nouies componatur.

De relego uini regis. Qui relegum uini regis ruperit et in relegum suum uinum uendiderit et inuentum fuerit testimonio bonorum hominum primo pectet .v. solidos et secundo .v. solidos et si tercio iterum inuentum fuerit testimonio bonorum hominum uinum totum effundatur et arcus cuparum incindantur. De uino de fora dent de una quaque carrega .i. almude et uendatur aliud in relegum.

De iugata. De iugata uero hoc mando ut a festiuitate Assumptionis Beate Marie usque ad festiuitatem Sancti Michaelis dentur in Abbatia et de unoquoque iuga bouum dent .i. modio milii vel tritici qualis laborauerint. Et si de utroque laborauerint de utroque dent per alqueire directum uille et sit quartarius de quatuordecim et meciatur sine brachio curuato et tabula supraposita. Et parcerio de caualeiro qui boues non habuerit non dent iugatam.

De habitatoribus. Et habitatores de Sanctarem habeant libere tendas, fornos, panis scilicet et ollarum.

De fornos de tegula. Et de fornos de tegula dent decimam.

³⁴ Sic.

De homine occiso extra. Qui extra cautum hominem occiderit pectet .Lx^a. solidos et qui uulnerauerit homine extra cautum pectet .xxx. solidos. Qui in platea aliquem armis uulnerauerit pectet medietatem homicidii. Qui armis per iram denudauerit uel a domo ea extraxerit per iram et nom percusserit pectet .Lx. solidos.

De hereditatibus populatas. Et homines de Sanctarem habeant hereditates suas populatas et illi qui in eis habitauerint pectent pro homicidio et rauso et merda in buca .Lx. solidos, medietatem scilicet regi et medietatem domino hereditatis et eant in appellitum regis et nullum alium forum faciant regi.

De almotazeria. Et almotazaria sit de concilio et mictatur almotace per alcaidem et per concilium uille et dent de foro de uaca, de piscato .i. denarium. Et de iudicato similiter. Et de alcauala .ij. denarios et a .x. morabitinos et infra dent medium morabitinum. De equa uendita uel comparata dent .ij. solidos et de boue .ij. solidos et de uaca .i. solidum et de asino uel de asina .i. solidum. De mauro et de maura medium morabitinum. De caprone uel de capra [Fl. 8vº] .i. denarium. De carrega de azeyte uel de corii bouum uel zevrorum uel ceruorum dent medium morabitinum. De carega de cera medium morabitinum. De carrega de anil uel pannis uel de pelibus coniliorum uel de coriis uermeliis uel albis uel de pipere uel de grana .i. morabitinum. De bragale .i. denarium. De uestitu de pellibus .ij. denarios. De lino uel de alliis uel de cepis decimam. De concas uel de uasis ligneis decimam. Et pro omnibus his carrigis quas uendiderint homines de fora et portagium dederint si alias proprias emerint non dent portagium ex eis. De carrega panis uel salis quam uendiderint uel emerint domines de fora, de bestia caualarii uel mulari dent³⁵ .ij. demarios, de asinari .ij. medalias.

De mercatoriibus naturalibus uile. Mercatores naturales uille qui soldata dare uoluerint recip[i]antur ab eis. Si autem soldatam dare noluerint dent portagium. De carrega de piscato quam inde leuauerint homines de fora dent .vj. denarios.

De peditibus qui laborauerint. Cauon³⁶ si laborauerint triticum det unam telegam. Et si laborauerint milium similiter. Et de geira de bobus .i. quartarium de tritico uel de milio unde laborauerint. Pedites dent octauam uini et limi.

De almoqueueri. Almoquever qui per almoqueuariam uixerit faciat forum suum semel magnum.

De conilairiis. Conilarius qui fuerit ad sageiram et illuc manserit det folem unum conilii et qui illuc moratus fuerit octo diebus uel amplius det unum conilium cum sua pelle. Et conilarius de fora det decimam quotiens uenerit.

³⁵ Riscou a palavra “portagium”.

³⁶ Sic.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

De moratoribus. Moratores de Sanctarem qui panem suum uel uinum uel ficus uel oleum in Ulixbona habuerint uel in aliis locis et ad Sanctarem illud ad opus sui duxerint nom ad reuendendum non dent inde portagium.

De rixis. Qui ea cum aliquo rixauerit et post rixam domum suam intrauerit et ibi initi consilio acceperit fustem uel porinam et eam percuserit pectet xxx solidos. Si autem inconsulte et casu accidente percusserit nichil pectet.

De inimicus de fora non intret. Inimicus de fora non intret in uillam super inimicum nisi per treugas qui per directo illi dare.

De homine occiso ab equo. Si equus alicuius aliquem occiderit dominus equi pectet aut equum qui homicidium quod horum domino equi placuerit.

De clericis habeant forum. Et clericis habeant forum militis per totum. Et si cum muliere inuentus turpiter fuerit, maiordomus non mictat manum in eum nec aliquo modo eum capiat sed mulierem capiat si uoluerit testimonio bonorum hominum.

De madeira que uenerit. De madeira que uenerit per flumen unde dabant octauam dent decimam.

De atalia³⁷. De atalia de uilla debet³⁸ rex tenere medietatem et milites medietatem suis corporibus.

De maiordomo. Maiordomus uel sagio eius non eant ad domum militis sine portario pretoris.

De nobile homo. Et meus nibilis homo qui in Sanctarem de me tenuerit non mictat ibi alium alcaidem nisi de Sanctarem.

De casis quas mei. De casis quas mei nobiles homines aut fleires aut hospitalarii aut monasteria in Sanctarem habuerint faciant horum uille sicut ceteri milites de Sanctarem.

De ganato perditum. Ganatum perditum quod maiordomus inuenerit teneat illud usque menses et per singulos menses faciat [Fl. 9] de eo preconem dari ut si dominus eius uenerit, detur ei. Si autem dominus eius precone dato usque tres menses non uenerit tunc maiordomus faciat de eo quomodum suum.

De f[er]rariis et capatariis. Faber aut capatarius aut pelliterius qui in Sanctarem casam habuerit et in domo sua laborauerit non det de ea ullum forum. Et qui maurum fabrum uel capatarium habuerit et in domo sua laborauerit non det pro eo forum. Qui autem ministeriales ferrarii uel capatarii fuerint et per officium istud uixerint et casas non habuerint ueniant ad tendas meas et faciant mihi meum forum.

³⁷ Sic.

³⁸ Corrigiu de “debent”.

De comparacione uel uenditione equorum. Qui equum uendiderit aut comparauerit uel maurum extra Alcobacia ubi eum comparauit uel uendiderit ibi det portagium.

De habere quos debent pedites. Et pedites quibus suum habere dare debuerint dent inde decimam maiordomo et maiordomus det eis directum pro decima et si pro decima eis directum dare noluerit tunc pretor faciat eis directum dari per portarium suum.

De habitatoribus qui fuerint. Et homines qui habitauerint in hereditatibus Alcobacie si furtum feceri[n]t ut supradictum est componatur medietatem regi et medietatem domino hereditatis.

De luctuosis. Moratores de Alcobacia non dent luctuosam.

De adalilis. Adaliles de Alcobacia non dent quintam de quiniones suorum co[r]porum.

De penetarie. Penetarie de pro foro de triginta panibus unum.

De portagia. Portagia uero et forum et quinte sarracenorum et aliorum ita persoluantur sicut consuetudo est exceptis his qui superius scripta sunt et uobis relinquo.

De alkaidaria. Et pro alkaidaria de una bestia que uenerit de fora cum piscato, dent .ii. denarios. Et de barca de piscato minuto .ii. denarios. Et de toto alio piscato dent suum forum.

De concedendo testimonio. Hec itaque omnia prescripta uobis pro foro do et concedo et ad hec carta maiordomus testimonio bonorum hominum et non ad alia. Si quis igitur hoc meum forum factum uobis firmiter seruauerit benedictionibus Dei et mei repleatur. Qui uero illud frangere uoluerit maledictionem Dei et mei consequatur.

Facta carta apud Sanctarem mense Septembri. Era M^a CC^a x^a. Viiij^a.

De carcaribus percuserit. Qui etiam calcaribus percusserit et testimonio bonorum hominum convictus fuerit pectet quinquaginta solidos.

Mando etiam ut nec meus pretor uille nec maiordomus nec aluaziles nec aliquis aliis audeat afforciare ullum hominem de Alcobacia uel de fora de suo pane neque de suo uino neque de suo piscato neque de suis carnibus nec de aliis rebus suis.

Ad huc mando ut mei maiordomi non uadant extra uillam apprehendere homines neque raubare neque afforciare sed si fecerint calumnias³⁹ faciant eos uocari per portarium pretoris coram pretore et aluazilibus et sanent eis quod fecerint sicut mandauerit pretore et aluaziles.

³⁹ Corrigido no original de “calumniando”, tendo riscado a frase: “calumniando ut pater non pecter”.

UM MANUSCRITO ILUMINADO ALCOBACENSE TRECENTISTA: O “CADERNO DOS FORAIS”

Et concilium cambiet suos aluaziles annuatim.

Preterea mando ut pater non pectet calumpniam pro filio suo sed filius pectet eam si illam fecerit. Et si non habuerit per quod sanet eam per corpus suum sanet illam.

Mando etiam de mauris et de iudeis percussis ut ueniant se conqueri pretori et aluazilibus sicut fuit consuetudo [Fl. 9vº] temporis patris mei.

Ad huc mando ut maiordomi non pignorem ullum hominem de Sanctarem, donec uocem eam ad concilium coram pretore et aluazilibus.

Addo ad huc amore uestro ut si aliquis pignorauerit sine meo maiordomo aut sine sagione suo aut sine portario pretoris pectet tantum pro quanto pignorauerit et non plus.

Mando preterea quod si quis ceperit latronem ducat illum ad concilium.

Qui presentes fuerunt: Frater Petrus Gomez et Frater Petrus Fernandi et Frater Petrus de Turribus, testes.

Frater Suerius Didaci notauit. — De Aluornia: J. Aluorno. — Domnus Regardus. — Petrus Martini et Domnus Siluester. — testes.

De Mouta: Suerius et Domnus Stephanus. — De Asinaria: Didacus Caluus et Pelagius Petri. — De Trabalia: Fernandus Seara. — De Obidos: Martinus Gunsalui et Domnus Ero. — Testes

De Vidaaes: Petrus Didaci et Petrus Turquelis. — De Almafala: Suerius Menendi et Domnus Nunius. — De Mato: Petrus Pelagii et Johanes Martini. — De Monasterio: Johanes Serotino et Petrus Pelagii. — Testes.

De Scoria: Vicencius et Pelagius Cabaacia. Et aliis plurimis plusquam .C. hominibus. — Testes.

